

A PROBLEMATICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

JARBAS GONÇALVES PASSARINHO
Ministro da Educação e Cultura

S U M Á R I O

1. EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
2. A OFERTA ATUAL DO SISTEMA EDUCATIVO
3. A ESTRUTURA DO MEC
 - Influência da educação no crescimento do "PIB".
 - Perfil educativo da mão-de-obra.
 - Gastos da União com a educação.
 - Gastos totais em % do "PIB".
 - Matrícula no inicio do ano, 1963/1969.
4. O ENSINO PRIMÁRIO
 - Escolarização dos 7 aos 14 anos.
 - Dados gerais — 1968.
 - Pirâmide de perdas.
 - Analfabetismo: taxa e valores.
 - Conclusões.
5. O ENSINO MÉDIO
 - Oferta atual.
 - Distribuição do alunado.
 - Pirâmide de perdas.
 - Conclusões.

1. EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

1.1 — Não há desenvolvimento sem educação

Se considerarmos o desenvolvimento não apenas como resultado do incremento do PNB, real, mas sobretudo como um processo de extensa mudança social, fórmula é concluir que a Educação é condicionante desse processo, dado que elle envolve aspirações, relações de poder e capacidade de participação de todos os segmentos da população nos frutos desse desenvolvimento.

Ora, para esse processo a Educação contribui concomitantemente como força de pressão modificadora e como campo de aplicação de pressões internas, da economia e da sociedade.

Com efeito, é sobre os recursos humanos que a Educação atua, moldando-os, transformando-os, tornando-os mais produtivos e, consequentemente, mais vindicantes.

O lugar da Educação na planificação do desenvolvimento é nítido pela interação entre Educação, recursos humanos e desenvolvimento.

O Massachusetts Institute of Technology tentou mensurar a participação dos recursos humanos na melhoria da renda dos Estados Unidos e chegou à conclusão de que somente 1/6 do incremento se deve ao aumento do estoque de capital, enquanto os outros 5/6 derivam dos recursos humanos, desdobrados em acréscimos de estoque de mão-de-obra e sua produtividade como consequência do grau de educação.

O economista Mário Simonsen, citando autor norte-americano, conclui que, para um crescimento médio anual de 2,9%, entre 1929 e 1957 nos Estados Unidos, a contribuição dos recursos humanos foi de 55%, em relação a 45% devidos ao aumento do estoque de capital. O mesmo se deu em relação à Noruega.

Hoje, é repetir um truismo dizer que o desenvolvimento depende de um bom sistema educacional, capaz de capacitar a mão-de-obra nacional para desempenhar determinadas ocupações e assumir funções sociais e políticas na sociedade.

Basta estudar o perfil educativo da população ocupada no Brasil para concluir-se quão pouco qualificada é a nossa mão-de-obra. Isto, sem dúvida, responde pelo excesso de concentração no setor primário, paralelamente ao baixo rendimento.

J. K. Galbraith diz, com acerto, que: "libertar agricultores e operários do analfabetismo pode ser, por certo, um fim em si mesmo, mas constitui, também, um primeiro e indispensável passo em qualquer forma de progresso agrícola-industrial. Em nenhuma parte do mundo encontramos gente do campo analfabeta e que seja, ao mesmo tempo, progressista. Em nenhuma parte há campões alfabetizados e que não sejam progressistas".

1.2 — Educação e investimento

Por isso, insistimos em definir a Educação como investimento e não como consumo. Enquanto investimento, a Educação implica em compromissos:

- a) do Governo, que lhe deve dar tratamento prioritário nas despesas orçamentárias, não fazendo incluir cortes no seu orçamento, em proveito de prioridades melhores, de investimento;
- b) dos administradores da Educação e dos docentes, que devem obter o máximo de rendimento na aplicação dos meios;
- c) dos alunos, que devem corresponder ao privilégio de serem usuários da aplicação prioritária das escassas poupanças nacionais.

2. A OFERTA ATUAL DO SISTEMA EDUCATIVO

2.1 — O esforço do governo

Em 1970, contaremos com mais de NCr\$ 1.360.000.000,00 no orçamento federal, para a Educação.

É a primeira vez que os gastos com a Educação são majoritários, em relação aos outros Ministérios da República.

Ainda que, relacionados com o total da receita, os dispêndios não sejam percentualmente crescentes ao longo dos anos posteriores à Revolução de 64, eles o são quando comparados com o PIB real. Assim é que, de 1960 a 1963 a média de recursos totais destinados à Educação foi de 2,4% do PIB. Essa percentagem cresce segura e rapidamente a partir de 1964, atingindo 3,5% em 1967 e beirando os 5% em 1970!

Isto, sem dúvida, representa um grande esforço, que o Ministro Hélio Beltrão, em 1969, salientava para a Missão Rockefeller, com uma comparação interessante: é que nossos gastos equivalem a um bilhão de dólares por ano, o que é igual ao total das ajudas norte-americanas alocadas para todos os projetos da Aliança para o Progresso!

Esse notável esforço deu seus resultados, em termos quantitativos. A prova está na oferta de vagas para matrícula nos três estágios do ensino, que tem sido muito ampliada.

É interessante, neste aspecto, salientar os esforços em 1963 e 1969, apenas como termo de comparação entre a demagogia enganadora do passado e a política séria mas não informativa da Revolução. Foi após esta que o esforço no campo educacional aumentou substancialmente; que se acabaram com as cátedras e seu simbolismo feudal; que se tornou lei a participação dos estudantes nos conselhos universitários, velhas aspirações usadas como bandeira de agitação pela UNE. Foi após 64 que se alçou o Brasil à posição admirável de 4º país do mundo, na ordem decrescente de gastos na Educação, quando relacionados com o PIB.

2.2 — Falta de informações e divulgação

Todavia, especificamente por falta de uma política de orientação correta da opinião pública, foi no campo estudantil que a Revolução encontrou a mais forte e organizada contestação, que culminou com as passeatas de 1968.

A verdade, contudo, é que apesar do enorme esforço realizado, mal podemos festejar a vitória na batalha dos números.

O que resta por fazer é simplesmente gigantesco; o que se impõe corrigir é impressionante; a desproporção entre os meios e os objetivos a atingir é, por vezes, desanimadora.

É o que veremos, nos perfis rápidos, a seguir, abrangendo a administração e a ministração do ensino, no Brasil.

3. A ESTRUTURA DO MEC

Espanta verificar, após 5 anos de Revolução e depois de tanto se falar em reforma administrativa, que a legislação vigente no MEC possa ser o que é.

Traduzida num organograma, o que se vê é a imobilização total de um Ministro, presa fácil da teia burocrática, por um lado esvaziado de autoridade que se delega sem possibilidade de controle (77)

contatos de subordinação) e, por outro, vítima de uma centralização absurda (contratos de locação de casas, aceites para o Banco Central, convênios, etc.).

É fora de qualquer dúvida que *ninguém* poderá ter êxito administrativo, com uma estrutura dessa natureza.

De resto, o Ministro não administra, nem ministra.

Não ministra, eis que o ensino primário em sua totalidade e grande parte do ensino médio são da alçada dos Municípios e Estados, de longa data. Ao MEC, através do PNE, cabe financiar e controlar (?) o sistema. Financia, mas não controla, pois não tem capacidade para fazê-lo.

Quanto ao ensino superior, ele é entregue às Universidades, que gozam de autonomia, arma defensiva de que dispõem para se resguardarem dos humores dos Ministros "que passam e a Educação fica".

Nem o Ministro administra o sistema educacional, dado que entre ele e os executantes, como fiéis guardiões da metodologia e da didática, estão os mestres de notório saber, nomeados para o Conselho Federal de Educação, órgão criado exatamente para esse fim.

O papel do MEC é, pois, o de assistência (financeira e técnica) e de coordenação. O primeiro, ele o exerce, razoavelmente, através do PNE (Plano Nacional de Educação); para o segundo — coordenação — está despreparado, bem como para a sua missão de controle.

É óbvio que se impõe, sem a menor delonga, reformar de modo radical a estrutura do MEC, ou nada de proveitoso fará o Ministro, exceto esforçar-se por ser um liberador de verbas cuja aplicação lhe escapa.

INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO NO CRESCIMENTO DO "PIB"

1900/1955, NORUEGA, Crescimento Médio de 3,46% a.a.

CONTRIBUIRAM:

Aumento do estoque de capital	1,12%
" da força de trabalho	0,46%
" decorrente da educação	1,88%
" TOTAL	3,46%

1929/1955, ESTADOS UNIDOS, Aumento Médio de 2,93% a.a.

CONTRIBUIRAM:

Acumulação física de capital	0,53%
Aumento do estoque de mão-de-obra	0,80%
Educação	0,67%
Melhoria da produtividade	0,93%

DOS 2,93%:

Devidos ao aumento de capital	45%
" à educação	23%

PERFIL EDUCATIVO DE MÃO-DE-OBRA — 1960

ANOS DE ESTUDOS COMPLETOS	ESTOQUE	GRUPOS	
		I	II
	anos		
PRIMARIO INCOMPLETO	1	623.425	6.777
	2	2.667.967	14.051
	3	2.615.865	15.548
PRIMARIO COMPLETO	4	3.277.338	11.597
MÉDIO INCOMPLETO	5	1.043.767	1.641
	6	119.968	79
	7	165.959	392
	8	135.040	—
	9	401.918	310
	10	212.518	230
MÉDIO COMPLETO	11	46.957	70
SUPERIOR INCOMPLETO	12	437.780	157
	13	8.507	—
	14	10.997	—
SUPERIOR COMPLETO	15	49.128	—
	16	85.089	—
	17	121.293	—
SEM DECLARAR GRAU		95.872	156
S/ INSTRUÇÃO E S/ DECLARAÇÃO		9.531.925	29.612
T O T A L		22.651.263	79.826

FONTE: SNR — Censo 1960, amostra 1.27%.

I — Direção, Administração e Funcionamento Escritórios.

II — Produção Extrativa Mineral.

GASTOS DA UNIÃO COM EDUCAÇÃO

NCR\$ 1.000.000 — 1965/70

DISCRIMINAÇÃO	1965	1966	1967	1968	1969 *	1970 *
Despesa Total União	4.414	6.138	8.172	11.542	14.229	19.703
Receita Total União	3.593	6.007	7.382	11.785	14.229	19.703
Gastos União com Educação	386	559	876	829	1.241	1.367
Gastos Educ./Despesa	% 8,7	% 9,1	% 7,0	% 7,1	% 8,7	% 6,9
Gastos Educ./Receita	10,7	9,3	7,8	7,0	8,7	8,9

Fontes: IGF/MF, Mini Plan — (*) Estimativa.

— 11 —

GASTOS TOTAIS EM % DO "PIB"

NCR\$ 1.000.000 — 1963/68

DISCRIMINAÇÃO	1963	1964	1965	1966	1967	1968
PIB	9.591	18.867	30.796	44.369	56.860	74.734
Gastos Totais com Educação	205	412	1.032	1.487	1.978	3.494
Gastos Educ./PIB	% 2,1	% 2,2	% 3,3	% 3,3	% 3,5	% 4,7

Fontes: IGF/MF, Mini Plan.

MATRÍCULA NO INÍCIO ANO — 1963/69

ANO	PRIMÁRIO	MÉDIO	SUPERIOR
1963	9299.441	1.719.589	120.959
1964	10.217.324	1.892.724	142.396
1965	9.923.183	2.184.430	155.781
1966	10.695.391	2.483.212	180.109
1967	11.191.716	2.816.440	212.882
1968	11.943.506	3.205.689	278.295
1969*	13.000.000	3.600.000	380.000

FONTE: SEEC — (*) Estimativa.

4. O ENSINO PRIMÁRIO

Supõe-se a existência de 13 milhões de crianças, matriculadas nas 4 séries do ensino primário no Brasil, enquanto nunca menos de 3 milhões estão fora da escola, ou porque elas não vão à escola, ou porque a escola a elas não vai.

A Constituição vigente torna obrigatório e gratuito o ensino primário, na faixa etária dos 7 aos 14 anos. Conquanto a própria Constituição admita o trabalho de menor a partir dos 12 anos, aquela obrigatoriedade prevalece e, consequentemente, a obrigação do Governo em proporcionar escolas.

A "Operação-Escola", obra da Revolução, foi implantada para coordenar os esforços da União, dos Estados e dos Municípios na oferta de matrículas no primário. O salário-educação é a sua grande fonte de custeio.

Em 1969 seu valor global foi de NCr\$ 124.095.722,20, objeto de 763 convênios com os Estados e os Municípios.

Atualmente, estima-se que a média brasileira de escolarização seja de 70%, na faixa etária dos 7 aos 14 anos (o IPEA admite 79% em 1960), o que significa mais de 30% desse contingente fora da escola. Com as reservas que inspiram as estatísticas disponíveis, isto quer dizer entre 3 e 5 milhões de crianças marginalizadas do processo educativo, destinadas a engrossar o já não pequeno número de analfabetos.

Se alguns Estados, como Guanabara e São Paulo já devem ter 100% de escolarização, na faixa citada, outros estão com índices bem menos promissores como o Ceará, com 39% e Pernambuco com 43% apenas, o que permite pôr em dúvida os números otimistas.

De qualquer modo, nos últimos anos o esforço por maior número de salas de aula e de matrículas vem mostrando seguro êxito, o que permite admitir que a Operação-Escola será, em breve, a grande arma não só da escolarização das crianças, como da redução do analfabetismo.

O quadro do ensino primário é, ainda, algo dramático, se considerarmos que, das 135.000 escolas existentes, 70% delas são de uma sala só, a "escola de um só professor", infelizmente ainda muito disseminada no interior do Brasil, misturando classes diversas e crianças de idade variada.

Aspecto altamente negativo é o da existência de cerca de 40% de professoras leigas, entre as quase 400.000 existentes. Como o treinamento das leigas tem sido de sorte a abranger um máximo de

10% ao ano, e como seu crescimento anual ultrapassa esse valor, o número delas aumenta com o decorrer dos anos. Eis aí um seríssimo problema.

Outro, dos mais impressionantes, é o da evasão ao longo do curso, especialmente da 1^a série para a 2^a primária, quando a queda era superior a 50%, até 1964. Paralelamente, a aprovação em massa (mais de 30%) provoca a repetência que, combinada com a evasão dá proporções de calamidade ao ensino primário.

Causas estão, certamente, nas raízes sócio-económicas do fenômeno. A necessidade do braço do menor faz os pais retirarem-no da escola; ou, em outros casos, a impossibilidade de fazer face aos gastos pessoais, ainda que a escola seja gratuita, provoca a deserção.

Os currículos irrealísticos respondem, igualmente, pelo desinteresse paterno e, consequentemente, pela evasão.

A LDB já prevê a compatibilização do horário de aulas com as colheitas ou épocas de plantio, a fim de evitar a retirada das crianças, das aulas nesses períodos, mas isso tem sido até aqui letra morta da lei.

Os superdotados ainda não estão atendidos por uma sistemática própria. Freqüentemente saem das escolas também, pois não se podem adaptar ao modelo normal.

Quanto aos analfabetos, há grande disparidade nas estatísticas e nas fontes de referência. Arnaldo Niskier, no seu "Administração Escolar" refere a existência de mais de 30 milhões de analfabetos, mas não cita a fonte.

O Deputado João Calmon, que andou compulsando todas as estatísticas disponíveis, falando na Escola Superior de Guerra disse que na década de 40 havia 13 milhões de analfabetos, na de 50 o número se elevou para 19 milhões e na de 60 teria subido a 28 milhões, contando-se apenas os maiores de 15 anos.

Parece exagerado e não diz qual a fonte de consulta. Creio, com certeza, que não somos 28 milhões de analfabetos com idade superior a 15 anos.

O IBGE, louvando-se no recenseamento de 1960 (o mais falho e duvidoso de quantos já fizemos) atribui a existência de cerca de 18 milhões de analfabetos adultos, equivalentes a 39% da população de mais de 15 anos.

Ora, no recenseamento de 1940 a percentagem de analfabetos foi de 56%; no de 1950 caiu para 51% (ou seja, 0,5% ao ano). A queda brusca para 39% em 1960 (mais de 1% ao ano) não parece merecer fé.

Ainda assim, consideremos que a taxa de 1% a.a. de redução do analfabetismo se mantém; em 1969, teríamos 30%. Para uma população estimada de 90 milhões, sendo 50 milhões de maiores de 15 anos, os 30% significariam ainda 15 milhões de analfabetos adultos. Se a estes somarmos metade da faixa etária dos 7 aos 14 anos (provavelmente 9 milhões de crianças) somariam, no total, 24 milhões de analfabetos, dos 7 anos de idade em diante.

Entre otimistas e pessimistas, os números chegam a aproximar-se dos 30 milhões a que se referiu Niskier, repetido por Osvaldo F. de Melo (Teoria e Prática do Planejamento Educacional) que diz: "Temos no Brasil mais de 25 milhões de analfabetos declarados, aos quais se juntam cerca de 10 milhões de semi-analfabetos, número este estimado à base dos evadidos precocemente do sistema escolar".

A educação supletiva, que hoje se encarrega de combater o analfabetismo, foi iniciada em 1947, no Departamento Nacional de Educação, sob o nome de Serviço de Educação de Adultos.

Iniciativas pessoais e de grupos têm marcado esse esforço, que parece até aqui desordenado e espasmódico.

Campanhas, cruzadas, movimentos altruísticos têm sido a tônica do ensino neste campo.

Atualmente, os mais ativos são a Cruzada ABC (convênio de 6 milhões de cruzeiros novos, em 1969, com repasse da USAID) e o MEBE (Movimento de Educação de Base), com a utilização das escolas radiofônicas. Tudo somado não excede 600.000 alunos.

O MOBRAL, criado no Governo Costa e Silva, até aqui não se dinamizou o necessário. Acaba de apresentar-me um programa para alfabetizar 1.200.000 adultos, ao custo global de mais de 57 milhões de cruzeiros novos, mas não indicou onde obter as fontes de custeio.

EM CONCLUSÃO:

1. A oferta do ensino primário é ainda insatisfatória e insuficiente, comprovada pela baixa escolarização nacional, especialmente no NE.
2. O binômio evasão/reprovação tem características de calamidade, pois é o grande responsável pela retenção inferior a 30% do contingente inicial.
3. O esforço é nitidamente público, já que 90% das escolas primárias são públicas.
4. A falta de qualificação docente é muito alta, pois excede 40% das professoras primárias o número de leigas.

5. É impressionante a elevada taxa de analfabetismo (somos o 13º país da América Latina em ordem crescente de analfabetos).
6. O combate ao analfabetismo, pelos meios convencionais e só a cargo do Governo, estará fadado ao fracasso ou ao êxito irrelevante. Só o esforço da comunidade brasileira poderá ter sucesso.

ESCOLARIZAÇÃO DOS 7 AOS 14 ANOS

MÉDIA BRASILEIRA:

68 %

	%
GUANABARA	100
SÃO PAULO	100
DISTRITO FEDERAL	83
CEARA	39
PERNAMBUCO	43
PIAUI	43

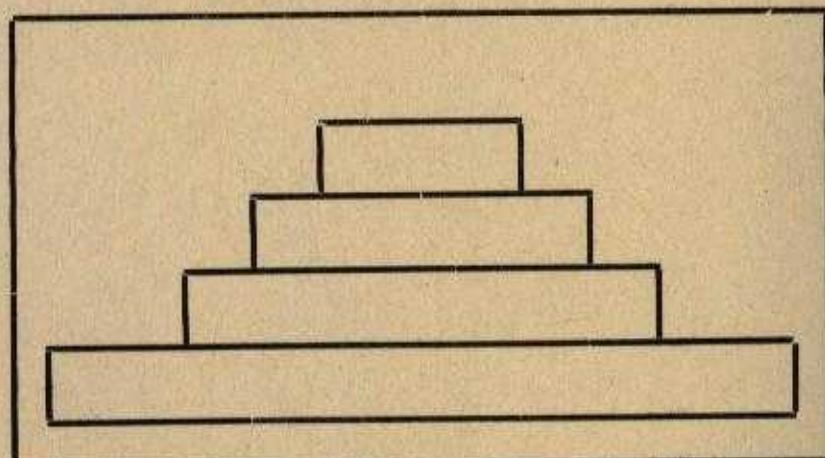
ENSINO PRIMÁRIO EM 1968

DADOS GERAIS

ESCOLAS	PRIMÁRIAS	135.000
	Um só Professor Normalmente uma só sala	70 %
REDE	PÚBLICA	90 %
	PARTICULAR	10 %
PROFESSORES	PRIMÁRIOS	383.360
	LEIGOS	148.478

ENSINO PRIMÁRIO — 1954/1957

1954 — MATRÍCULA 2.954.475, PERDA 81,9%



FONTE: SEEC

ANALFABETISMO E DEPENDÊNCIA PRIMÁRIA

PAÍSES	Índice Analfabetismo (15 Anos e +)	Dependência Primária Taxa % População
SUDÃO	95,6	86,8
INDIA	72,2	72,3
MARROCOS	86,2	57,9
RAU	73,7	56,9
MÉXICO	34,6	54,4
BRASIL	39,5	54,2
RÚSSIA	11,5	35,2
JAPÃO	2,2	33,5
ARGENTINA	8,6	19,8
AUSTRALIA	—	12,1
ISRAEL	15,8	12,1
EUA	2,2	7,5

ENSINO PRIMÁRIO

CONCLUSÕES

- Oferta insuficiente e insatisfatória = escolarização baixa.
- Insignificante índice de retenção (Perda de 73%).
- Seletividade.
- Reprovação em massa.
- 90% da rede é oficial (Municípios + Estados).
- Quase 50% de leigos.
- Má remuneração.
- Currículos irrealísticos.
- **ANALFABETOS:**
Taxa altíssima;
Meios convencionais não resolvem;
Fontes de custeio não resistem à necessidade.
- Reforço deve ser da COMUNIDADE e não só do GOVERNO.

5. O ENSINO MÉDIO

No segundo grau, a estrutura do ensino mostra a sua maior fragilidade. Ela é altamente seletiva, em sacrifício dos pobres, pois a oferta pública é restrita e as vagas do ensino oficial são objeto de uma disputa em que prevalece o jôgo do prestígio individual.

Assim é que, dos 7.000 estabelecimentos de ensino médio, a preponderância ainda é dos ginásios e colégios particulares, ainda que, em termos de vagas se afirme hoje que a rede oficial já é majoritária.

Em todo caso, como no jôgo do prestígio pessoal ("pistolão") os mais pobres são os menos qualificados para a obtenção da matrícula, os colégios e ginásios pagos apresentam uma larga incidência de rapazes da classe média e de filhos de trabalhadores.

Quando Ministro do Trabalho, analisando o programa de bolsas de estudo (mais de 100.000 em 1969) pude verificar o fenômeno, dado que cerca de 70% das bolsas para filhos de trabalhadores eram do tipo integral, isto é, que abrangia o pagamento de anuidade ou mensalidade dos estabelecimentos privados.

A seleção do ensino médio faz-se, desse modo, antidemocraticamente.

É fora de dúvida, também, que para a evasão considerável (60% de perda) entre o término do primário e o início do ginásio, concorre a falta de oferta, pois um número bastante grande de Municípios não dispõe de um só ginásio.

Ai está, nitido, um sério ponto de estrangulamento do sistema, pois apenas 20% da faixa etária correspondente está escolarizada.

A distribuição do alunado do 2.º grau é, ainda, consequência da "educação para os salões", do passado. Assim é que mais de 70% dos alunos estão matriculados nos cursos secundários, enquanto o industrial, o agrícola, o comercial e o normal se distribuem por menos de 30% das matrículas.

Ora, o ensino secundário, conquanto degrau obrigatório para o superior, é discursivo e quase totalmente divorciado da realidade brasileira. Não se adequa às necessidades do mercado de trabalho, com o qual não tem qualquer compromisso.

ENSINO MÉDIO

DISTRIBUIÇÃO DO ALUNADO

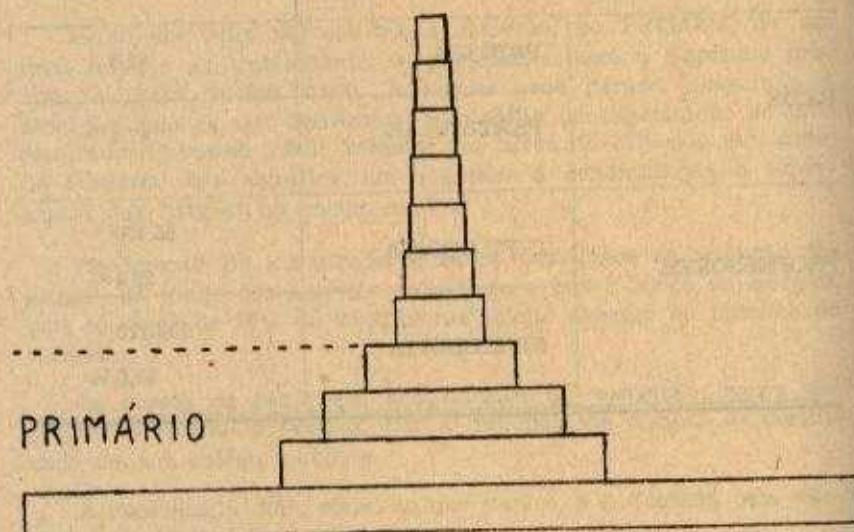
Centro Poder Nacional	75%
BRASIL (—)	25%

RAMOS

Secundário	73%
Agrícola	
Comercial	
Industrial	
Normal	27%

ENSINO MÉDIO — 1958/1964

1958 — MATRÍCULA 297.904; PERDA 96,5%



Fonte: SEEC

ENSINO MÉDIO

CONCLUSÕES

- Insuficiência (20% da faixa etária).
- Seletividade Econômica (Elitização).
- Persistência dos currículos da "educação para os saberes" academicista.
- Sistema Paralelo Constrangedor: as escolas técnico-profissionais.
- Má qualidade: docência não qualificada.
- Fraca taxa de retenção (20%).

6. O ENSINO SUPERIOR

6.1 — O vestibular

No panorama pré-universitário, os "cursinhos" de preparação para o vestibular inserem-se, a um só tempo, como efeito e causa.

Efeito êles o são da má qualidade média do ensino de 2.º grau. É verdade que já os professores do ensino médio se queixam do resultado do primário, de onde as crianças vêm deficientemente preparadas. O fato é que os candidatos à Universidade raramente são bem sucedidos se não passam, antes, pelos "cursinhos". Em pesquisa recente, uma grande revista brasileira obteve, dos milhares de estudantes ouvidos, a resposta quase unânime de que os "cursinhos" são uma etapa imperiosa, que tem de ser queimada, no rumo da Universidade.

São êles, todavia, um fator de perturbação, pois viciam os estudantes na busca das "questões tipicas", retirando do estudo a dimensão mais nobre, que é a visão global dos problemas, única a propiciar a formação da cultura. Os estudantes dos "cursinhos" passam a ser pragmáticos no pior sentido vulgar do termo; transformam-se em pesquisadores de provas, ou nisto são treinados, para o fim específico de vencerem a barreira do vestibular. Com este condicionamento ingressam nos cursos superiores, onde precisariam ser retreinados, para perderem a característica de caçadores de questões tipicas.

Perfeitos que fôssem, porém, os colégios e educandários equivalentes, persistiria o problema dos "cursinhos", como decorrência do deficit brasileiro de oferta, para a Universidade.

O Professor Arnaldo Niskier, em seu livro citado, afirma que "na última década, o número de candidatos a exame cresceu de 83.000 para 176.000 (112% de aumento), enquanto as vagas subiram de 48.000 para 81.000 (68% de aumento).

Em 1968, os candidatos ultrapassaram os 200.000, crescendo o número de vagas para 90.000.

Em 1969, mais de 20% de candidatos, ao passo que as vagas, em decorrência de um grande esforço tinham um incremento percentual também de 20%.

Ora, se a oferta de vagas não aumentar em ritmo superior ao da demanda, o problema dos "excedentes" será fatal, posto que há um deficit acumulado.

M. Simonsen diz que o fenômeno não é só brasileiro e cita a URSS, "que tanto se gaba da democratização das oportunidades" e que, no entanto, só dispõe de 1 vaga para cada grupo de 3 candidatos.

No caso brasileiro, talvez não houvesse excedentes se todas as vagas fôssem indistintamente tomadas, mas ocorre que há excesso em certas áreas (ciências sociais) em detrimento de outras (biomédicas, por exemplo).

Não se trata, simplesmente, de aumentar o número global de vagas, mas de fazê-las crescer onde é maior a pressão da demanda.

O Ministro João Paulo Veloso diz com acuidade que: "A pura e simples criação de vagas talvez não tivesse outro efeito senão substituir o problema dos excedentes de vestibulares pelo dos excedentes de profissionais".

Allás, como a expansão das vagas tem sido desordenada e divorciada das necessidades do mercado de trabalho, já existe o que o Dr. Veloso temia: o excedente profissional.

A "safra" de Faculdades de Direito, de Economia e cursos de Psicologia fizeram com que os profissionais dessas especializações inundassem o mercado.

Estamos, na expressão de um educador, "produzindo excesso do desnecessário e escassez do imprescindível". Assim é que, em 1964, a proporção entre o número de candidatos e o de vagas era de 8x1 em Medicina, 4x1 em Engenharia, quase 3x1 em Química Industrial, contra mais de uma vaga para cada candidato a jornalismo, biblioeconomia, direito, belas artes, etc.

6.2 — Oferta atual

Em 1940, havia 5 Universidades no Brasil; em 1950, já eram 12; e presentemente são 48, das quais 33 são públicas, ou seja 70%.

Em 1968 havia 677 unidades escolares de ensino superior, sendo 372 inseridas nas Universidades e 305 isoladas.

Algumas Universidades são Fundações, solução de que se lançou não para tentar dar maior flexibilidade à administração e reforçar-lhe a autonomia, libertando-a dos entraves naturais que mar-

cam o serviço público. O exemplo da Universidade de Brasília é o pioneiro, mas não proporcionou à Universidade a esperada ampliação das fontes de recursos, pois em verdade depende quase exclusivamente dos cofres públicos.

Como resultado do esforço dos últimos anos, a matrícula nos cursos superiores teve um grande incremento, especialmente a partir de 1968.

A conclusão dos cursos, todavia, não guarda a mesma proporção do incremento de matrículas, pois enquanto não passavam de 107.299 os estudantes do curso superior, em 1962, com cerca de 20.000 concluintes, em 1968 o alunado montava a cerca de 280.000 para um contingente de graduados de 30.103. Isto é, para um incremento de 160% nas matrículas, houve um aumento de menos de 60% nos egressos.

Em 1965, de acordo com as estatísticas da UNESCO, estávamos já numa posição muito favorável quanto ao rendimento da Universidade, apesar das restrições citadas.

Com efeito, só o México mostrava melhor relação egressos/matrícula (considerados no mesmo ano). Não só o Brasil era o segundo em rendimento na América Latina como ultrapassava os Estados Unidos e a União Soviética.

Lastimavelmente, na relação estudantes por 100.000 habitantes a nossa posição era das mais comprometedoras, mesmo no quadro latino-americano.

Admitidos os dados estimados para 1969, melhoramos notavelmente, de 132 alunos para praticamente 400 alunos por grupo de 100.000 habitantes, relação ainda inferior à Argentina e ao Uruguai.

6.3 — A pirâmide de evasão

Em parte, a explicação estará na evasão que é acentuada, mesmo no curso superior, onde a perda é superior a 50%. E, em parte, no fato de que o incremento de matrículas, cujo grande êxito está nítido a partir de 1968, só em 1970/71 poderá produzir resultados no volume de graduação.

Talvez se possa considerar como causas, para a deserção ao longo do curso superior, a pressão econômica (alunos que têm de abandonar os estudos, para poderem prover meios de subsistência), o equívoco vocacional (falta de motivação por um curso que, em alta percentagem, não foi escolhido pelo aluno, mas insinuado ou selecionado pelos pais) e o casamento (notadamente para as moças universitárias que passam a ser mães de família).

Ao analisar-se a pirâmide de evasão, agora do primário ao superior, fica-se perplexo de ver que menos de 20% do contingente inicial chegaram ao término do primário; só 5% concluem o ginásio (1.º ciclo); a 3,5% reduzem-se os que chegam ao fim do colegial (2.º ciclo); e, finalmente, cerca de 1% vê seus esforços coroados com um anel de grau superior.

Isto quer dizer que, de cada 1.000 estudantes do 1.º ano primário, chegam ao fim dessa maratona e "corrida de obstáculos" menos de 4 alunos!

6.4 — O relatório Meira Matos: consequências

Em 1968, premido pela pressão das agitações que, hábilmente, aproveitavam os descontentamentos gerados pelos desacertos no ensino superior, o Governo encarregou o Gen. Meira Matos, com uma comissão mista de militares e civis, de fazer um diagnóstico do ensino superior.

Grosso modo, as conclusões da comissão podem ser assim resumidas:

a) *De caráter administrativo*

- Inviabilidade da estrutura atual do MEC
- Ausência de fiscalização do emprêgo das verbas federais
- Crise de autoridade

b) *De caráter didático*

- A má qualidade do ensino, em grande parte motivada pela baixa remuneração dos professores, que explica igualmente a falsidade da proporção 1/6, professor/aluno, no ensino superior
- A insatisfação originada pela implantação desordenada da reforma (descompasso no tempo, expansão através da criação de novas unidades isoladas de justificação duvidosa).

c) *De caráter doutrinário*

- A liberdade de cátedra, usada para proteção dos doutrinadores da subversão
- A autonomia da Universidade como empecilho às idéias novas.

Infelizmente, a comissão Meira Matos não ultrapassou os limites da análise crítica; o Ministro da Educação recebeu-lhe as conclusões com fidalguia e encaminhou-as, com brevíssimo comentário, ao Sr. Presidente da República.

O fato, iniludível, é que as agitações de rua, no ano de 1968, provocaram o aceleramento da máquina do MEC, onde inicialmente a presença e depois as recomendações da comissão Meira Matos produziram, no mínimo, um efeito catalisador.

Alguns frutos podem identificar-se na decisão de implantar a reforma universitária, na modificação do critério da escolha dos Reitores, no esforço pela adoção do sistema de tempo integral, no crescimento violento da oferta de matrículas nas 1^{as} séries dos cursos superiores, bem como no reforço drástico da autoridade docente, com a edição do draconiano Decreto-lei n.º 477, de 26-2-69.

A reforma universitária está em descompasso; algumas Universidades nem de leve a conhecem; outras, caminham para reformulações ousadas, como as que, seguindo o exemplo de Brasília, pretendem substituir todas as dependências didáticas pelos Institutos Centrais.

Poucas, pouquíssimas são as que estão em vias de substituir as Faculdades de Filosofia pelas Faculdades de Educação.

Os Magníficos Reitores passaram a ser escolhidos em lista sextupla, indicada pelos Conselhos Universitários, sem direito a recondução, ao término do mandato de 4 anos. Também para os Diretores de Faculdades adotou-se a lista sextupla em vez da lista tríplice de outrora.

O tempo integral, acarretando adicional de 360% sobre o vencimento básico, não foi aplicado na medida que modificasse o quadro atual, em que são raras as Universidade em que o professor — jamais os alunos — se integra na vida do estabelecimento. Há docentes de 12 horas semanais e até de menos que isso, o que gerou a jocosa denominação de "visitantes ocasionais".

Já nos referimos ao aumento desordenado das vagas, para fazer face ao problema dos excedentes.

Não será o caso de meditarmos um pouco mais seriamente sobre isso?

Vale considerar, quanto a este aspecto, as seguintes palavras do Professor Osvaldo F. Melo:

"O Ensino Superior contém, no seu fundo, uma tragédia. Nem sempre se dá oportunidade aos bem-dotados, de condições financeiras desfavoráveis, enquanto sob um falso pre-

texto de democratização se tem aberto a porta da Universidade para milhares de jovens precariamente dotados e com frágil preparo cultural" — (Teoria e Prática do Planejamento Educacional — Editória Globo — 1969).

Com respeito ao Decreto-lei n.º 447/69, nêle se contêm, como inevitável nas soluções de força, méritos e perigos virtuais, que ficam na exclusiva dependência de uma aplicação judiciosa, isenta de paixões, justa enfim.

De resto, o Decreto envolve numa mesma e severíssima pena, faltas de natureza variá, algumas delas de nítida qualidade de indisciplina escolar e não de identificação subversiva.

Os nossos Regulamentos Disciplinares das Forças Armadas, que têm suas raízes multisseculares no código do Conde de Lippe, não são tão severos. Ao contrário do Decreto-lei n.º 477 consagram a diferença entre crimes e transgressões, criando para estas uma variação gradual bastante ampla, com vistas à aplicação da sanção disciplinar.

6.5 — A pós-graduação

Não funciona como seria de desejar: voltada para a preparação do magistério superior (mestrado e doutorado) e para a estimulação da pesquisa científica e técnica.

Há que solucionar alguns problemas de apoio administrativo: deficiência de pessoal e debilidade de meios, de que se ressente a CAPES, antes que possa produzir mais, assim como urge que ela se relacione, de modo efetivo, com o Conselho Nacional de Pesquisas, cujo Presidente é membro da CAPES.

Por enquanto, ao que parece, os formandos, por sua iniciativa e a seu critério, tomam a ofensiva na busca das bolsas da CAPES.

Os Centros Regionais de Pós-Graduação, criados em 1968, em convênio com as Universidades, terão a seu cargo a formação e o treinamento do professorado e estimularão a pesquisa científica, pelo preparo dos pesquisadores e o treinamento dos técnicos de alto padrão.

6.6 — Aluno: sua participação na Universidade

Nos tempos mais agitados da ex-UNE, uma das bandeiras mais agressivas do elenco reivindicatório era a da participação dos alunos nos órgãos deliberativos da Universidade.

Após a Revolução, o pleito foi satisfeito, sem bulha nem matinada. Algumas Universidades já o regulamentaram, com a participação de, no mínimo, um contingente de alunos igual a 1/5 do total de membros dos colegiados Universitários.

Os Diretórios, agora facultativos como órgãos de representação escolar, não têm o direito de indicar esses representantes, que são individualmente eleitos para esse fim.

Agora, com a promulgação da emenda à Constituição de 1967, o ensino médio como o universitário perderam sua qualidade indiscriminada de gratuidade. É o seguinte o texto do art. 175, § 3.º, inciso III:

"O ensino público será igualmente gratuito para quantos, no nível médio e no superior, demonstrarem efetivo aproveitamento e provarem falta ou insuficiência de recursos."

A julgar pela conquista já citada, feita por uma revista brasileira, no meio estudantil universitário, não será grande o montante a arrecadar, derivado dos que não provarem "falta ou insuficiência de recursos", uma vez que só na faixa de renda familiar inferior a NCr\$ 500,00/mês estão cerca de 40% dos alunos.

De resto, que cobrar e como cobrar as anuidades? A semelhança da faculdade particular, se o Estado não tem, como esta, despesas iguais? Quanto seria a anuidade para os alunos de medicina e física nuclear, por exemplo, cujo custo anual está acima dos NCr\$ 6.000,00 a que se referem as estatísticas?

O Conselho Federal de Educação dará, no início deste ano, o seu parecer, no sentido de efetivar-se a anuidade.

Fácil é concluir que a matéria será fartamente explorada, com o objetivo de sensibilizar a massa estudantil.

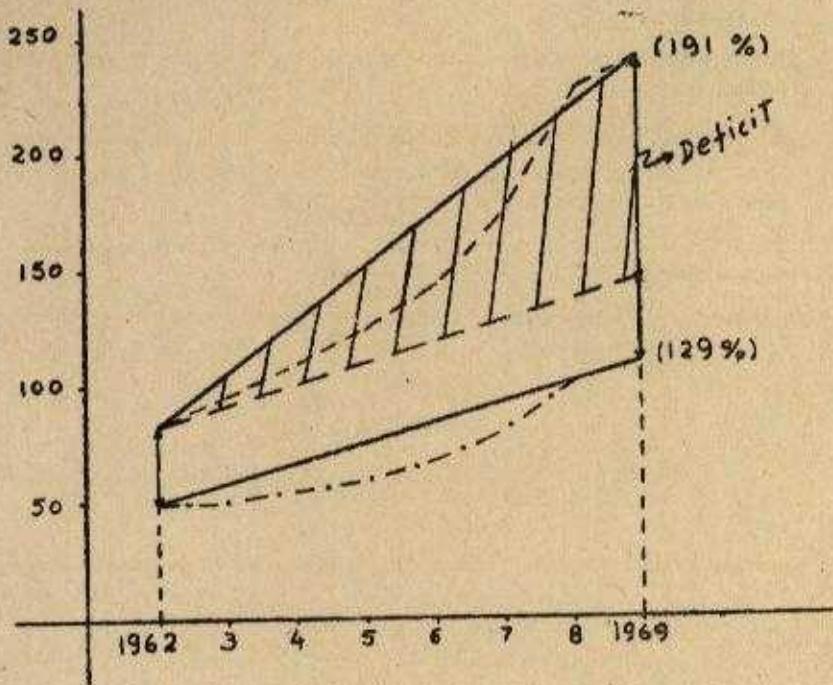
Conveniente por todas as razões será o aproveitamento do aluno de bom rendimento escolar e boa formação, como auxiliar de ensino (monitor). Além da interação saudável, isto servirá para a localização dos pendores para o magistério, altamente desejável para a profissionalização do professor.

EM CONCLUSÃO:

1. O excedente só desaparecerá a médio prazo, com a diversificação do ensino médio e o crescimento racional das vagas no ensino superior.

2. Houve considerável esforço, com bons resultados, a partir de 1966, para aumentar a oferta do ensino superior. De 1963 a 1969 o crescimento superou 300%.
3. A proporção de alunos no ensino superior, em relação à população escolar (1,8%) ainda é baixa.
4. A relação aluno/100.000 hab era vergonhosa até 1965; melhorou notavelmente a partir de 1966.
5. O rendimento da Universidade brasileira é muito bom, mesmo comparado com superpotências mundiais, a despeito da grande evasão que, surpreendentemente, ainda se verifica ao longo do curso superior.
6. A implantação da reforma universitária foi tímida e descompensada.
7. Expansão desordenada do ensino superior.
8. Divórcio das necessidades do mercado de trabalho (Excesso do desnecessário e escassez do imprescindível).
9. Precariedade do regime do Tempo Integral, por baixa remuneração básica.

ENSINO SUPERIOR — 1962/1969
CRESCIMENTO, OFERTA E DEMANDA



RELAÇÃO VAGAS CANDIDATOS

ANO	População	Conclusão	Candidatos	Candidatos	VAGAS	Candidatos
		Colegial	Vestibular	Conclusões		
1	2	3	4	5 = 4/3	6	7 = 4/6
1962	74.100	74	83	1,12	48	1,74
1963	76.400	92	98	1,19	52	1,88
1964	78.300	95	112	1,18	56	1,99
1965	81.300	111	125	1,13	59	2,13
1966	83.900	128	144	1,12	69	2,09
1967	86.600	152	176	1,16	81	2,17
1968	89.400	173	228	1,32	102	2,23
1969	92.300	198	242	1,22	110	2,20
1970	95.300	233	257	1,10	126	2,04

ENSINO SUPERIOR

OFERTA ATUAL

UNIVERSIDADES		48
REDE	PÚBLICA	33
	PARTICULAR	15

ENSINO SUPERIOR — MATRÍCULA INÍCIO ANO

CONCLUSÃO CURSO — 1962/63

A N O	MATRÍCULA	CONCLUSÃO
1962	107.299	18.988
1963	120.959	19.049
1964	142.386	20.282
1965	155.781	21.793
1966	180.109	24.301
1967	212.882	27.490
1968	278.295	30.108

Fonte: S E E C

ENSINO SUPERIOR

CARACTERÍSTICAS MATRÍCULA — 1968

CARACTERÍSTICAS	MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO : 278.295
ADMINISTRAÇÃO :	
Pública	197.589
Particular	80.706
SEXO :	
Masculino	183.781
Feminino	94.514
ESTABELECIMENTOS :	
Universitários	
Zona Urbana e Suburbana	155.475
Rurais	2.625
Soma	158.100
Isolados	120.185

Fonte: S E E C

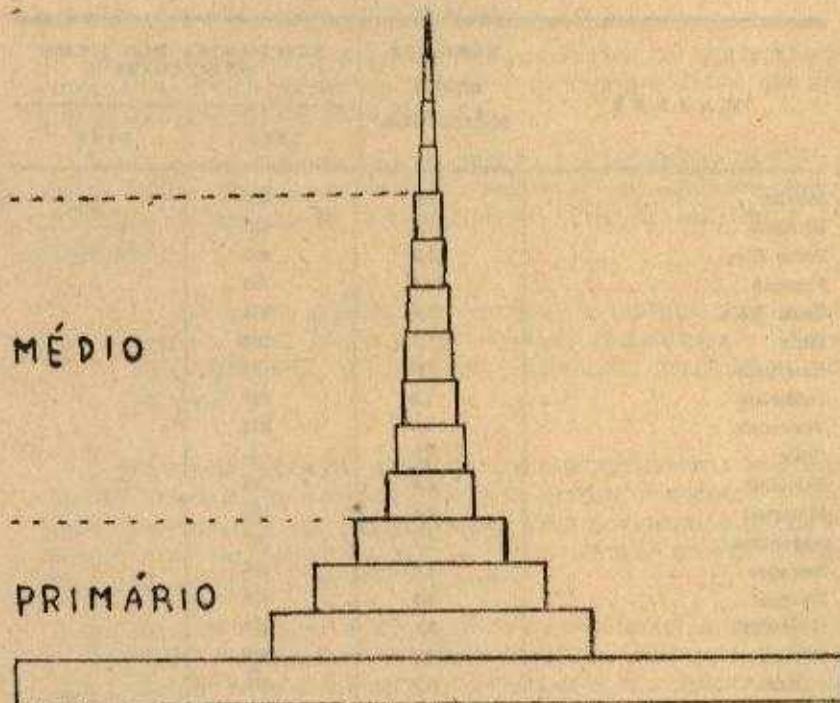
AMÉRICA LATINA: RENDIMENTO UNIVERSITÁRIO

COMPARAÇÃO COM OUTROS PAÍSES — 1965

PAÍSES	EGRESSOS SÓBRE MATRÍCULA	ESTUDANTES POR 100 000 HABITANTES	
		1965	1969
México	17,8	190	
BRASIL	17,3	133	400
Pôrto Rico	13,9	605	
Panamá	12,4	135	
Costa Rica	11,7	231	
Peru	11,5	222	
Honduras	7,5	68	
Colômbia	7,3	191	
Venezuela	7,3	230	
Chile	6,8	—	
Salvador	6,5	78	
Paraguai	6,4	164	
Argentina	5,7	787	
Equador	4,7	174	
Uruguai	3,3	610	
Guatemala	2,1	123	
Espanha	7,5	344	
Polônia	9,7	371	
Itália	11,3	231	
França	11,7	409	
Estados Unidos	13,6	1.738	
URSS	14,3	—	

Fonte: Statistical Yearbook 1965, UNESCO.

ENSINO SUPERIOR — 1965/1968



Fonte : SEEC

RELATÓRIO "MEIRA MATOS"

1. Inviabilidade estrutural do MEC.
2. Ausência de fiscalização das verbas.
3. Salários baixos (professores).
4. Crise de autoridade.
5. Falta de coordenação para o aumento das vagas nos 3 níveis.
6. Implantação desordenada da Reforma Universitária.
7. Liberdade abusiva da cátedra.

SALÁRIO CORPO DOCENTE — 1969
UNIVERSIDADES FEDERAIS — DEC. 64.086
11.02

Referência Básica	Auxiliar Ensino	Prof. Assist.	Prof. Adjun.	Prof. Cated.	Índice
Parcial 12 h	455,76	604,80	736,56	788,40	100
Parcial 22 h	865,94	1.149,12	1.399,46	1.497,96	150
Integral Ded. Exclus.	1.731,88	2.298,24	2.798,92	2.995,22	300

SALÁRIO CORPO DOCENTE
UNIVERSIDADES FEDERAIS — PROPOSTA

Referência Básica	Auxiliar Ensino	Prof. Assist.	Prof. Adjun.	Prof. Cated.	Índice
Parcial 12 h	800,00	1.000,00	1.300,00	1.700,00	100
Parcial 22 h	1.200,00	1.500,00	1.950,00	2.350,00	150
Integral Ded. Exclus.	1.600,00	2.000,00	2.600,00	3.400,00	200
	+ 20%	+ 20%	+ 20%	+ 20%	+ 20%

CONSTITUIÇÃO

Art. 176 —

§ 3.º —

III — o ensino público será igualmente gratuito para quantos, no nível médio e no superior, demonstrarem efetivo aproveitamento e provarem falta ou insuficiência de recursos.

RENDAS/ALUNADO — 1969

RENDAS FAMILIAR	ALUNADO SUPERIOR
NCr\$ 1,00	%
Menor 500	39,7
500 e 1.000	30,2
1.000 e 2.000	20,0
Maior 2.000	10,1

Fonte : "Realidade", Set 69.

ENSINO SUPERIOR

CONCLUSÕES

- Vestibular como obstáculo (242.000 candidatos).
- Cursinhos: Sintoma de falência do ensino médio.
- Falta de planificação: 8 x 1 em Medicina:
 - 4 x 1 em Engenharia;
 - 1 x 1 em Direito, Economia e Psicologia.
- Expansão desordenada: Abundância x Escassez.
- Má remuneração básica x excesso de professores.
- Ausência de formação docente.
- Reforma: descompasso entre as Universidades.

7. UMA POLÍTICA EDUCACIONAL

Partimos de uma premissa básica: a educação ideal é aquela que permite o desenvolvimento do poder intelectual. A depravação, citada, que os "cursinhos" exercem é, exatamente, a antítese da educação ideal, aqui conceituada. Por antinomia podemos apontar o ensino verbalístico, divorciado da realidade nacional, distante das necessidades do mercado de trabalho do país.

Nenhuma nação em desenvolvimento poderá chegar ao "clube fechado" das desenvolvidas, se não capacitar adequadamente a sua mão-de-obra, visando à produtividade e ao pleno emprego.

O jovem procura a educação formal, como objeto de valorização pessoal; à nação cabe velar para que a sua valorização se faça em proveito das necessidades da comunidade, ou seja, como fator de produção e não como "excedente profissional", marginalizado do processo produtivo.

É indiscutível a interação entre educação, recursos humanos e desenvolvimento, pois este exige recursos humanos qualificados e em quantidade suficiente. Ora, só a educação pode responder à necessidade da qualificação.

Não basta, como sustenta corretamente a CEPAL, "reunir um determinado número de jovens e crianças, em edifícios chamados escolas, ao cuidado de pessoas denominadas mestres, durante um número determinado de dias em um determinado número de anos".

Isto não é um fim em si mesmo; mas meio de alcançar diversos fins, alguns dos quais prescindem da "escola-aluno-mestre", como os que derivam da educação aprendida no lar.

É preciso, pois, que esses meios estejam a serviço de um princípio e submetidos a uma sistemática. Em nosso caso requer-se uma "educação para o desenvolvimento", o que implica em colocar o complexo "aluno-escola-mestre" sob o conceito de despesas de investimento e não de consumo.

Toda a educação conduz, em certo prazo, às mudanças no campo sócio-econômico. Desejamo-las no Brasil, de sorte que o desenvolvimento não seja, para nós, "o aumento da riqueza dos ricos", mas um processo em que o incremento da renda física corra paralelo ao processo de mudança social que assegure, como se diz em todos os pronunciamentos dos Presidentes revolucionários, a melhor distribuição da riqueza, com a consequente participação de todos os segmentos da população nos frutos do progresso.

Isto posto, podemos definir um plano de ação e discriminar os instrumentos de atuação.

A — ENSINO PRIMÁRIO

Como o grau de qualificação atual de nossa mão-de-obra é deploravelmente baixo, e isso se deve em grande parte ao analfabetismo, devem ser objetivos de curto prazo, quanto ao ensino primário:

1. AUMENTAR os indices de escolarização, na faixa etária dos 7 aos 14 anos, de sorte a atingir um mínimo de 80%, na média nacional.

INSTRUMENTOS

Operação-escola (PNE até 1970; FNDE, em seguida)

2. COMBATER O ANALFABETISMO, de modo a reduzir o contingente estimado de analfabetos, de 19 milhões para 10 milhões até 1972, e prosseguir até sua total extinção.

INSTRUMENTOS

- MOBRAL, como principal.
 - Esforços não convencionais da comunidade, como auxiliares.
3. REFORMULAR o ensino primário, de sorte a adotar currículos realísticos em face das necessidades da comunidade e integrados num ensino médio vocacional ou profissionalizante.

INSTRUMENTOS

- Reforma dos currículos e integração (Projeto)
- Utilização dos meios audiovisuais e da instrução programada
- Qualificação dos docentes
- Política salarial justa.

Para neutralizar as causas sócio-económicas que alimentam a evasão no primeiro nível, deve-se intensificar a ASSISTÊNCIA AO ALUNO, através da merenda escolar, do fornecimento de material a baixo custo (inclusive o livro didático), da garantia, à assistência médica e odontológica e do estabelecimento de um sistema de seguro-educação que cubra o estudante contra o infortúnio.

Dêsse modo, conseguir-se-á evitar que o contingente de analfabetos se reforce com os egressos da faixa dos 7 aos 14 anos, que não cursaram a escola ou dela desertaram antes de adquirirem conhecimentos úteis ao esforço da comunidade pelo desenvolvimento.

B — ENSINO MÉDIO

Estando aqui localizado o estrangulamento talvez mais importante, urge incrementar o número de vagas e distribui-las de modo a progressivamente, reduzir a esmagadora concentração no ensino secundário e, neste, modificar os currículos falsamente humanísticos.

São, pois, *objetivos prioritários*:

1. EXPANSÃO DA RÉDE PÚBLICA E PARTICULAR.

INSTRUMENTOS

- PNE
- FNDE
- Bolsas
- Convênios com o exterior

2. REFORMULAÇÃO do ensino médio, melhorando sua produtividade e integrando-o no primário, bem como planejando a oferta nos seus cinco ramos.

INSTRUMENTOS

- Integração curricular com o primário (Projeto)
- Incremento dos Ginásios orientados para o trabalho (MEC-USAID)
- Melhoria da qualidade do ensino industrial, através da Operação-Europa (Socialistas)
- Centros de Treinamento de Professores
- Política salarial justa.

Para neutralizar a deserção, a Divisão de Educação Extra-Escolar e a CONABE (à qual se deve dar nova orientação) atuarão eficientemente.

Material escolar a abaixo preço, assistência médica e odontológica e um sistema de previdência social (seguro-educação) complementarão os instrumentos de ação.

C — ENSINO SUPERIOR

Sendo inegável o êxito da Revolução em aumentar a oferta no ensino superior, cabe prosseguir nesse propósito, corrigindo contudo as distorções geradas pela expansão desordenada.

O planejamento educacional é, pois, indispensável, para que os talentos sejam distribuídos pelas diversas especialidades. Não se pode, num regime democrático, forçar a escolha para a qual o aluno não tenha pendor. Nem seria isso desejável, em qualquer caso. Em contrapartida, é imperativo levar em consideração as necessidades do mercado de trabalho nacional. A orientação vocacional é o caminho compatível com a liberdade da pessoa humana.

J. K. Galbraith se pergunta, muito a propósito, quando denuncia o erro de se copiar, para um país em desenvolvimento, o modelo universitário norte-americano:

"Nos países em desenvolvimento a braços com falta de recursos, é de desejar-se o médico formado segundo o padrão dos desenvolvidos? Se insistirmos nesse padrão, não estaremos negando a assistência médica a muitos? Não conseguiremos bons médicos nas capitais, ao preço de não ter um único médico para reduzir uma fratura, nas aldeias?"

As carreiras curtas, das quais a Engenharia de Operações é pionera, são o remédio para o caso. E o serão, igualmente, para a existência do excedente, como para neutralizar a chocante evasão do ensino superior. Os *objetivos prioritários* para o ensino superior são portanto:

1. IMPLANTAÇÃO DA REFORMA UNIVERSITARIA

INSTRUMENTOS

- *Ciclo básico*, com a finalidade de:
 - recuperação das falhas mostradas no vestibular;
 - orientação vocacional, através do aproveitamento dos créditos;
 - embasamento para os ciclos ulteriores.

- Introdução das *carreiras curtas* com o fim de:
 - cobrir as áreas de formação profissional insuficientemente atendidas;
 - evitar a subutilização de profissionais de carreiras longas (médicos, engenheiros, etc.).
- Departamentalização, em vez de Faculdades.
- Profissionalização do professor.
(Tempo Integral — Salário justo)
- Integração do aluno (Monitor)
(Divisão de alunos)

2. EXPANSÃO DA OFERTA

INSTRUMENTOS

- Planificação da oferta, consideradas as necessidades nacionais
- Crescimento por ampliação das unidades da rede pública e pelas bolsas para rede particular
- Operação-produtividade
- FNDE (recursos)
- Empréstimos externos

3. ASSISTÊNCIA AO ALUNO

INSTRUMENTOS

- Material escolar
- Seguro-educação
- Bolsas
- Assistência médica
(Divisão de alunos)

D — PÓS-GRADUAÇÃO

Deve voltar-se, fundamentalmente, para a profissionalização do magistério e para a descoberta e o estímulo dos pesquisadores. Estes são, ao lado do treinamento de técnicos, seus *objetivos*.

- Introdução das *carreiras curtas* com o fim de:
 - cobrir as áreas de formação profissional insuficientemente atendidas;
 - evitar a subutilização de profissionais de carreiras longas (médicos, engenheiros, etc.).
- Departamentalização, em vez de Faculdades.
- Profissionalização do professor.
(Tempo Integral — Salário Justo)
- Integração do aluno (Monitor)
(Divisão de alunos)

2. EXPANSÃO DA OFERTA

INSTRUMENTOS

- Planificação da oferta, consideradas as necessidades nacionais
- Crescimento por ampliação das unidades da rede pública e pelas bôsas para rede particular
- Operação-produtividade
- FNDE (recursos)
- Empréstimos externos

3. ASSISTÊNCIA AO ALUNO

INSTRUMENTOS

- Material escolar
- Seguro-educação
- Bôsas
- Assistência médica
(Divisão de alunos)

D — PÓS-GRADUAÇÃO

Deve voltar-se, fundamentalmente, para a profissionalização do magistério e para a descoberta e o estímulo dos pesquisadores. Estão, ao lado do treinamento de técnicos, seus objetivos.

INSTRUMENTOS

- CAPES
- CNPq — Conselho Nacional de Pesquisas
- Centros Regionais de Pós-Graduação

E — ADMINISTRAÇÃO

O objetivo é dar flexibilidade ao MEC.

INSTRUÇÕES

Reforma administrativa radical.

MATRÍCULA EM ESTABELECIMENTOS — 1968

ENSINO	MATRÍCULA TOTAL	PÚBLICA		PARTICULAR	
			%		%
PRIMÁRIO	11.943.506	10.734.101	89,9	1.209.405	10,1
MÉDIO	3.285.689	1.686.883	52,6	1.518.806	47,4
SUPERIOR	278.295	146.022	52,5	132.273	47,5

FONTE: SEEC

MATRÍCULA POR NÍVEL DE ENSINO — 1968

ENSINO	MATRÍCULA	% DO TOTAL
PRIMARIO	11.943.506	77,4
MÉDIO	3.205.689	20,8
GINASIO	2.404.614	15,6
COLEGIO	801.075	5,3
SUPERIOR	278.295	1,8
TOTAL	15.427.490	100,0

FONTE: SEEC

MATRÍCULA TURMA INICIADA EM 1954

Níveis	Anos	Turma	Matrículas	Índices
PRIMARIO	1954	1.ª	2.954.475	1000
	1955	2.ª	1.167.238	395
	1956	3.ª	832.588	282
	1957	4.ª	539.712	181
MÉDIO	GIN.	1958	1.ª	297.904
		1959	2.ª	237.138
		1960	3.ª	191.453
		1961	4.ª	157.652
SUPERIOR	COL.	1962	1.ª	151.321
		1963	2.ª	120.163
		1964	3.ª	103.705
		1965	1.ª	45.774
		1966	2.ª	39.393
		1967	3.ª	35.287
		1968	4.ª	33.082

PIRAMIDE DE PERDA — 1954/1968

MATRÍCULA 2.954.475; PERDA 98,9%

SUPERIOR

MÉDIO

PRIMÁRIO



Fonte: SEEC

CORPO DOCENTE — 1968

ENSINO	QUALIFICAÇÃO	C. DOCENTE
Primário	Total	382.360
	Normalistas	233.982
	Não Normalistas	148.478
Médio	Total	188.540
	Com Filosofia	55.430
	Sem Filosofia	133.110
Ginásio	Total	122.324
	Com Filosofia	29.805
	Sem Filosofia	92.519
Colégio	Total	68.216
	Com Filosofia	25.623
	Sem Filosofia	40.591
Superior		44.706

FONTE: SESEC

RELAÇÃO: ALUNO x PROFESSOR — 1968

ENSINO	RELAÇÃO
PRIMÁRIO	31
MÉDIO	17
SUPERIOR	6

FONTE: SESEC

8. PLANO DE AÇÃO

ENSINO PRIMÁRIO

— Aumentar índices de escolarização, para mínimo 80% média nacional

Instrumentos : Operação-Escola

F N D E

P N E (até 1970)

L D B (flexibilidade)

— Intensificar assistência ao aluno

Instrumentos : Merenda Escolar

Material Escolar a baixo custo

Seguro-Educação

Assistência Médica e Dentária

— Reformulação do ensino

Instrumentos : Reforma Curriculos

Integração e/ensino médio

Recursos audiovisuais

Qualificação Docentes (centros de treinamento)

Política Salarial

— Combate ao analfabetismo

Instrumentos : T O D O S

ENSINO MÉDIO

— Expansão da R êde Pública

Instrumentos : P N E

F N D E

Bôlsas de Estudo

Empréstimos

— Reformulação do ensino

Instrumentos : Treinamento Professores

Política Salarial

Integração Curricular com o Primário

Planificação, evitar supremacia do secundário

R êde de GOTS (Op. MEC-USAID)

Operação EUROPA (E. indust.)

— Assistência ao aluno

Instrumentos : Material Escolar

Bôlsas de Estudo (CONABE)

Seguro-Educação

Assistência Médica

ENSINO SUPERIOR

— Expansão da Rêde Pública

Instrumentos : Planificação, considerando o mercado de trabalho
 Crescimento por ampliação das unidades existentes
 F N D E
 Operação PRODUTIVIDADE
 Empréstimos

— Reforma

Instrumentos : Departamentalização
 Ciclo básico
 Carreiras curtas
 Intensificação pós-graduação (mestrado e doutorado)
 Política Salarial (T 12, T 24 e T 40)
 Equipamento técnico

— Assistência ao aluno

Instrumentos : Material Escolar
 Seguro-Educação
 Bôlsas de estudo (inclus. exterior)
 Assistência médica

PÓS-GRADUAÇÃO

- Formação do Professor
- Estímulo ao Pesquisador
- Treinamento de Técnicos

Instrumentos : C A P E S
 C N Pq
 C Reg. Pós-grad.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

— Reforma Administrativa

Instrumento : Departamentalização

9. PALAVRAS FINAIS

Antes de concluir, devo-lhes duas palavras sobre a educação moral e cívica, ora alcançada à condição de campanha nacional e inserida obrigatoriamente nos currículos dos três graus — primário, médio e superior — por força de lei.

Receio pela aplicação do dispositivo legal, se os mestres que tiverem a seu cargo a ministração da matéria não forem dotados de excelente capacidade de comunicação com os jovens.

Nada mais entediano e contraproducente que cumprir de modo desastrado uma sessão de educação moral e cívica; ninguém mais pernicioso que um mau professor, ao falar das efermídes brasileiras ou discursar sobre os que construíram a nacionalidade.

Felizmente, a estruturação da matéria está posta com inteligência: desdobramento gradual ao longo dos três níveis, de sorte a, no ensino superior, constituir-se em um curso de realidade brasileira.

Não há negar que o mundo inteiro está submetido à propaganda centrada no erotismo. As revistas brasileiras estão repletas de anúncios que, a qualquer título e para qualquer fim, têm invariavelmente um corpo de mulher desnuda em primeiro plano, ou como fundo. Não é menor o apelo ao sexo na televisão como no rádio.

Se, porém, para combatermos essa violação ética utilizarmos pose e palavras de um puritanismo "demodé", não conseguiremos êxito.

Um líder estudantil norte-americano, falando sobre as deficiências no relacionamento entre adultos e jovens, fez o retrato crítico do autoritário como do indulgente. E acrescentou: "quando um estudante se vê diante de um adulto de uma espécie ou de outra, ele se afasta. Se o mais velho é um tirano, elearma uma revolução; se banca o chefe escoteiro, ele o ridiculariza".

Exatamente este o perigo dos doutrinadores de moral e cívica: cair na atitude puramente agressiva de polêmica inspirada no culto saudosista do "meu tempo" ou, ao contrário, aparentar ser mais "pra frente" que os próprios jovens.

Se isto for evitado, a nova disciplina (velha, aliás de muitas décadas) poderá ser um valioso instrumento para despertar, na juventude, o respeito adequado aos valores éticos e o orgulho justo pelos pró-homens que construíram o Brasil.

Senhor Comandante.

Senhores Oficiais.

Estou perfeitamente alertado para as tremendas dificuldades que me esperam. Creio avaliar com realismo o esforço excepcional que se faz necessário, para romper velhos preconceitos, quebrar

obstáculos tradicionalistas, localizar e reduzir focos de improdutividade no ensino, corrigir crônicas atitudes rotineiras, de funcionários sem imaginação ou professores desmotivados, e vencer as resistências e evitar as armadilhas que os contestadores da Revolução, estudantes ou não, armam ao longo do meu caminho.

Do que conheço dos homens e das coisas, não alimento otimismo quanto aos obstáculos a ultrapassar. E até dos preconceitos de pseudocivilistas contra o Coronel, a quem se entregou a direção da educação e da cultura.

Certa feita, um jornalista insolente perguntou-me se não me sentia deslocado, na pasta da Educação. Tinha menos de um mês, no novo Ministério. Só encontrei uma forma de responder-lhe à afronta: afrontando-o. Disse-lhe:

— Calógeras era civil e foi um dos maiores Ministros do Exército. Pretendo resgatar o débito...

Claro está que era uma frase para armar efeito e não, necessariamente, o meu pensamento sincero.

Numa linguagem significativa para os aviadores, diria que estou no "ponto de onde não há retorno".

Homem de equipe, treinado em técnica de estado-maior, procuro formar o meu "staff" à base da identificação de propósitos, que os nossos são os da Revolução de Março.

Receio que sejamos estado-maior sem tropa... Ainda assim, prosseguiremos, para não faltar à confiança do Senhor Presidente.

Um grande chefe militar contemporâneo, no exato momento da derrota militar de seu país, no instante mesmo em que o Marechal Pétain assinava o armistício desonroso, rebelou-se inconformado e fez pela BBC uma proclamação que tanto tinha de ousada, quanto de quixotesca, olhada à luz crepuscular dos idos de junho de 1940.

Charles De Gaulle, ele mesmo o revela em suas memórias:

"Para que o esforço valesse a pena, seria necessário levar de novo, para a guerra, não apenas franceses, mas a França.

Não me deixava iludir sobre os obstáculos a vencer. Haveria o poderio do inimigo, que encontraria a colaboração do aparelho oficial francês, para se opor ao ressurgimento guerreiro da França. Haveria as dificuldades morais e materiais, que uma luta longa e violenta forçosamente comportaria, para aqueles que teriam de fazê-la como párias e sem meios. Haveria a montanha de objeções, de acusações, de calúnias, opostas pelos céticos e pelos medrosos, para ocultar a sua passividade. Haveria, da parte daqueles que visavam à subversão, a vontade de desviar a resistência na-

cional para o caos revolucionário, de onde sairia a sua ditadura. Haveria, enfim, a tendência dos grandes Estados para se aproveitarem do nosso enfraquecimento, a fim de fazerem vingar os seus interesses, em detrimento da França.

Quanto a mim, que pretendia escalar tal encosta eu não era nada, à partida. A meu lado, nem a sombra de uma força ou de uma organização. Em França, ninguém que respondesse por mim e nenhuma notoriedade. No estrangeiro, nem crédito, nem justificação. Mas esta própria pobreza traçava-me a minha linha de conduta. Era abraçando, sem reservas, a causa da salvação nacional que eu poderia encontrar autoridade.

A primeira coisa a fazer era içar a Bandeira!"

É evidente que não pretendo um paralelo, dada a enorme desproporção das pessoas e causas em jôgo, e, deste ângulo, inteiramente descabido. Sirvo-me, tão-só, de um exemplo e de algumas semelhanças. A Educação, do combate ao analfabetismo à reforma da Universidade, é, no Brasil, uma causa de salvação nacional. O poderio do tradicionalismo de um lado, e forças subversivas de outro, não é nada desdenhável. As objeções, as acusações e as calúnias não estão ausentes do quadro, ou provocadas pela antinomia de posições doutrinárias, ou geradas no ventre do despeito.

Para escalar a encosta, que já sei íngreme e elevada, estou quase só, senão com os poucos que comigo chegaram ao grande arraial indiferente e sem crença. E, para fazê-lo, não basta engajar brasileiros, mas todo o Brasil.

A primeira coisa, pois, a fazer, é içar a Bandeira; para servir à Revolução, para servir ao Presidente, para servir ao País.

Ela está içada. Não importa que o mastro seja baixo e modestos o comandante e suas forças; o que importa é o ânimo que nos inspira: de não ceder, de não capitular, de não desertar, antes, ao révés, de perseguir, com pertinácia e fé a vitória que não será de um ou de alguns homens, mas sim do Brasil!